



# Contabilidade na gestão ambiental e social

Adelvandro Felício de Castro

O presente artigo disserta sobre a importância do meio ambiente para a sociedade como um todo. Relata os temas atuais como responsabilidade social das empresas e da sociedade com o meio ambiente, demonstrando a importância da preservação e conscientização de todos os envolvidos no processo de gestão ambiental. Afirma-se que a contabilidade surge como uma ferramenta de gestão e controle dos ativos e passivos ambientais, sendo atribuída ao contador a condição de ser um gestor intelectual na busca de auferir ganhos socioeconômicos dentro de uma política de lucrar sem poluir demasiadamente. Para que essa ferramenta tenha sucesso, torna-se necessária a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, voltado para a mensuração e controle dos investimentos pertinentes ao meio ambiente. Esse sistema possibilita uma valorização da imagem social da empresa perante seus investidores, clientes e governo, além de reduzir a emissão de poluentes, ou seja, cria-se um rótulo de confiabilidade de seus produtos perante o mercado globalizado.

Vivemos uma realidade mundial que se modifica cada dia mais e em que o meio ambiente se torna fator preponderante na continuidade da raça humana. Com o advento da globalização, as empresas necessitam demonstrar preocupação com o meio ambiente perante os investidores internacionais que almejam, e cobram, um diferencial entre as organizações, sendo uma forma eficaz e confiável a apresentação de demonstrações contábeis contendo dados concernentes às ações de responsabilidade ambiental desempenhadas. Isso exige que, nas demonstrações contábeis constem, em suas notas explicativas, fatores ligados à preservação e utilização do meio ambiente, com claras informações sobre os impactos ambientais causados por suas atividades e os mecanismos utilizados no combate e saneamento dos prejuízos inerentes ao ecossistema.

Fenômenos da natureza que causam efeitos devastadores, como Katrina e Tsunami, não acontecem por acaso, possuem um motivo ou fundamento e estão relacionados diretamente ao homem. Os impactos ambientais provocam mudanças significativas no ar, solo e água, refletindo diretamente sobre as populações, as quais são as maiores lesadas com essa destruição.

Portanto, novos paradigmas estão sendo difundidos entre diversas organizações mundiais com o intuito de adotar políticas ambientais de controle sobre os poluentes.

Com o processo de globalização, criaram-se os *stakeholders*, que são investidores externos de diferentes tipos, beneficiários e usuários da informação; com isso, as informações precisam alcançar uma camada maior de pessoas, possibilitando visões e atitudes diferenciadas.

O respeito ao meio ambiente passou a ser visto como parte do negócio das empresas, integrado à sua própria estratégia de crescimento. A reestruturação da área de meio ambiente e preservação ecológica possibilita a centralização de todas as ações dentro de uma



política uniforme e global, aplicada a todas as unidades de produção. Os trabalhos de desativação de antigas unidades e a instalação de equipamentos de ponta, destinados a eliminar cada vez mais os efluentes, estão resultando numa sensível melhoria na qualidade ambiental de diversas empresas brasileiras. Esses processos produtivos são os principais objetivos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), ou seja, para iniciar o planejamento propriamente dito, a organização deve estabelecer e manter procedimentos que permitam avaliar, controlar e melhorar os aspectos ambientais da empresa, especialmente no concernente ao cumprimento da legislação; normas; uso racional de matérias-primas e insumos, saúde e segurança dos trabalhadores e minimização de danos ambientais, dentre outros aspectos. Deve ser discutida a criação de um cronograma básico de implantação de um SGA, esquematizado por atividades. Chama-se a atenção nesse tópico para a questão social, ou seja, o SGA não é obrigatório por lei, mas, aos olhos dos clientes ou investidores estrangeiros, torna-se cada vez mais importante no momento da opção pelos produtos de determinadas empresas.

### **A responsabilidade social da comunidade**

O maior desafio para fazer determinados tipos de investimentos sociais é o da conscientização dos envolvidos no processo, ou seja, os protagonistas do desenvolvimento da ação; então, para que o trabalho de preservação ambiental seja eficiente e eficaz, é necessário que as pessoas tenham o conhecimento de que sua participação é fundamental para mudança do quadro atual, em que os fenômenos naturais assolam todos os continentes, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Os meios de comunicação divulgam a todo momento notícias sobre furacões, tufões e outras calamidades, que estão se tornando episódios comuns em nosso cotidiano.

O que os cientistas previam para ocorrer daqui a 50 ou 100 anos está acontecendo agora, em tempo real; o ano de 2005 será marcado como o mais quente dos últimos dois séculos. Esse aquecimento é fruto do aumento na emissão de gases do efeito estufa, uma espécie de cobertor na atmosfera, que funciona como uma estufa de plantas. Contudo, somos diretamente os maiores responsáveis por essas calamidades, pois destruímos e não reconstruímos, consumimos e degradamos os recursos não-renováveis, sem precedentes e limites.

### **A responsabilidade social das empresas**

Uma exigência que se faz às empresas é que traduzam com transparência suas ações sociais e aquilo que sua atividade proporcionará favoravelmente e desfavoravelmente à comunidade em que está inserida. A comunidade, indiretamente, e parte da empresa, irá ligar como avaliadora do desempenho ambiental da organização, sofrerá diretamente com a atividade produtiva, sendo afetada pelo desenvolvimento econômico, social e político e atingida, quando for o caso, com a carga máxima de poluição, devastação e destruição do ambiente. A questão social está presente cada dia mais na vida das empresas que necessitam adquirir credibilidade perante os *shareholders* (acionistas) e *stakeholders* (demais interessados na organização, como fornecedores, clientes, empregados e governo). Com a expansão da globalização mundial, o mercado internacional, principalmente América do Norte e Europa, exige algo diferenciado de seus fornecedores estrangeiros e, nesse contexto, as organizações deverão incorporar a variável ambiental no aspecto de seus cenários e na tomada de decisão, mantendo o compromisso e respeito à questão ambiental.

Obviamente o processo de implantação de um sistema de gestão ambiental não pode ser desenfreado e sem uma política de organização e contenção, pois

sua viabilidade não acontece em curto prazo; é importante seguir todos os passos para a interiorização da variável ambiental, com o intuito de atingir a qualidade ideal, viabilizando uma vantagem competitiva frente aos concorrentes.

Unerman apud Paiva (2003), explicando sobre as diferenças existentes entre os países e seus povos, e as relacionadas com a Contabilidade Ambiental, argumenta que "as razões das diferenças existentes entre as práticas contábeis dos países decorrem da cultura e valores diferentes, tendo como consequência a quantidade e qualidade da prática e da evidencição desses eventos contábeis".

Pode-se dizer que o grau evolutivo de conscientização e respeito ao meio ambiente está ligado diretamente ao estágio em que se encontra a Contabilidade Ambiental do país. Nesse quesito, os países mais desenvolvidos estão à frente, onde as necessidades básicas da população são supridas e as pessoas são mais bem instruídas quanto à preservação. As leis são mais severas, assim como a cobrança social, e isso se reflete diretamente nas empresas que têm a missão de convencer as pessoas sobre seus produtos e seu compromisso com a natureza.

No momento do desembolso dos custos ambientais, surge o empecilho da situação econômica, ou seja, que retorno terei se investir na variável ambiental? Terei somente despesas, com isso, aumento o custo final de meu produto?

Donaire (1999) refere que *algumas empresas, porém, têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atue no chamado mercado verde, desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios.*

Nesse contexto de oportunidades, o mesmo autor cita a reciclagem de materiais que tem acarretado uma grande economia de recursos para as empresas; o reaproveitamento dos resíduos inter-



namente ou sua venda para outras empresas; o desenvolvimento de novos processos produtivos com a utilização de tecnologias mais limpas no ambiente; o desenvolvimento de novos produtos para um mercado cada vez maior de consumidores conscientizados com a questão ecológica, gerando materiais de grande valor industrial a partir de estações portáteis de tratamento, miniusinas para uso de pequenas empresas e o aparecimento de um mercado de trabalho promissor, ligado à variável ambiental que deverá envolver auditores ambientais, contadores, gerentes de meio ambiente, advogados ambientais, bem como o incremento de novas funções técnicas específicas.

## Meio ambiente

Durante anos de intensas discussões, conclui-se que a ausência de crescimento ou desenvolvimento é nociva e prejudicial ao meio ambiente e que a grande questão atual é torná-lo sustentável.

De acordo com Alves (2001), "a variável ambiental é um aspecto significativo a ser considerado e tratado na estratégia das organizações". A gestão ambiental, por sua vez, deve ser gerida eficientemente, monitorando-se os custos de controle, a poluição e os custos das falhas da falta de controle de gestão.

Moura (2000) diz que "os custos da qualidade ambiental devem ser utilizados na avaliação e melhoria da posição de competitividade das companhias, com relação aos seus concorrentes". Daí a sua importância. Enfatiza-se que a gestão de custos da qualidade ambiental é uma ferramenta fundamental para o gerenciamento do sistema de gestão ambiental, pois fornece elementos para a tomada de decisões pela alta administração das empresas, direcionando a melhoria do desempenho ambiental.

Para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os decorrentes de atividades econômicas, e de modo especial os originados nas indústrias, a partir da década de 1970, surgiram, em várias partes do mundo, movimentos organiza-

dos que passaram a discutir tais problemas, em que o meio ambiente começou a ser visto de outra maneira pelas entidades governamentais, não-governamentais, pessoas e demais interessados, porém, são melhorias que ainda não configuraram o impacto esperado. A sociedade ainda prefere o capitalismo financeiro à preservação ambiental, a ansia pelo poder supera a humildade perante a natureza, a própria profissão contábil precisa se adaptar com mais veemência ao novo quadro biosférico-ecológico, em que o meio ambiente significa continuidade da raça humana; a continuidade de futuras gerações depende da geração atual que se usufruir e não recuperar o restante dos recursos naturais não-renováveis, permitirá que gerações futuras sejam dissipadas, vítimas de colapsos ambientais irreversíveis.

A figura do contador aparece, nesse contexto, como sendo capaz de demonstrar com clareza e veracidade as atividades das empresas no que tange às medidas de preservação e recuperação do meio ambiente e às providências tomadas no sentido de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

## Do conceito de Contabilidade Ambiental

A Contabilidade é uma ciência social tão antiga quanto a origem dos homens. Com o crescimento do comércio, surgimento do capitalismo, mercantilismo, revolução industrial, dentre outros fatores, a Contabilidade sofreu alterações, mas nunca deixando de controlar a variação patrimonial e atender diversos setores da economia, prestando informações à tomada de decisões.

Segundo Ludicibus, a abordagem sociológica da Contabilidade é: *uma abordagem do tipo "bem-estar social" (welfare), no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados da Contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude*

*e a utilização dos poderes das grandes companhias.*

Essa abordagem está sendo bastante difundida entre os pesquisadores contábeis, as grandes organizações, entidades governamentais e não-governamentais, todos unidos em um único propósito: evidenciar, mensurar e emitir esclarecimentos sobre os procedimentos de uso e preservação dos ativos e controle sobre os passivos ambientais.

No engajamento dessa questão, do convívio do homem com o meio ambiente, seja na forma de cidadão ou empresa, criou-se o termo Contabilidade Ambiental para contabilizar os lançamentos contábeis e emitir relatórios sobre todos os acontecimentos inerentes ao uso da natureza.

A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como um ramo que tem como propósito identificar e registrar os eventos ambientais, processando e gerando informações para suporte à tomada de decisões e controle do fluxo contínuo de desgaste ambiental provocado pela entidade.

Na avaliação de Martins e De Luca (1994): *As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.*

Teoricamente, parecem fáceis seu entendimento e sua aplicação, mas na prática encontram-se diversos empecilhos à sua implantação e controle. A principal delas é a segregação das informações de natureza ambiental das demais informações gerais da empresa, bem como sua correta classificação e avaliação contábil. A Contabilidade Ambiental não deve ser unicamente unilateral, mas sim bilateral, atendendo tanto ao meio ambiente quanto à empresa, assim pre-



servando a continuidade do desenvolvimento sustentável.

Apesar de todas as dificuldades, a Contabilidade é sem dúvida umas das profissões que mais crescem no mercado mundial, e o contador que agrega ao seu crescimento outras faces dessa ciência tem aumentadas suas responsabilidades, propiciando a incorporação da questão ética na clareza das demonstrações financeiras.

A Contabilidade Ambiental transita por diversos segmentos sociais, econômicos e financeiros, oferecendo e coletando várias informações das mais diversas fontes. E, por fim, prestando relatórios aos públicos externo e interno. Por esse motivo delimitaram-se esses três tipos, com focos e públicos diferentes.

## Impacto ambiental

Todo produto fabricado pelo homem gera determinado prejuízo para a natureza, conforme explica Chehebe (2002): *Todo produto, não importa de que material seja feito, madeira, vidro, plástico, metal ou qualquer outro elemento, provoca um impacto na meio ambiente, seja em função do seu processo produtivo, das matérias-primas que consome, ou devido ao seu uso ou disposição final.*

O impacto ambiental é a alteração do meio ambiente em algum estágio de produção ou consumo, ou seja, é atrelado a uma condição de existência do fato poluidor, ou da ação humana, que se sobrepõem à capacidade de resistência desse ambiente.

Segundo Tinoco e Kramer (2004): *A maioria dos impactos ambientais é devida ao rápido desenvolvimento econômica, sem o controle e a manutenção dos recursos naturais. A consequência pode ser poluição, uso incontrolado de recursos como água e energia etc. Outras vezes, as áreas são impactadas por causa do subdesenvolvimento que traz como consequência a ocupação urbana indevida em áreas protegidas e a falta de saneamento básico.*

Salienta-se que os maiores poluidores encontram-se nas regiões industrializadas, que acatam um grande número de pessoas e infra-estrutura social, acarretando as maiores concentrações demográficas. Obviamente, onde são situadas empresas industriais, ocorre uma migração avassaladora de pessoas para esse setor, trazendo um outro problema social, que é o êxodo rural.

Não se pode descarregar toda a culpa do impacto nas indústrias, apesar de grandes poluidoras, pois existe a parcela de comprometimento que cabe à própria sociedade. Na gestão de pessoas e dos processos envolvidos com a geração de produto ou prestação de serviço, deve haver um objetivo comum, ou seja, deve existir um modelo de gestão integrada, com a participação de todos os envolvidos no processo.

## Análise do Ciclo de Vida dos Produtos (ACV)

A Análise do Ciclo de Vida (ACV) é uma técnica de mensuração e controle dos impactos ambientais causados desde o início até o final do produto. Chehebe (2002) o define como: *{...} é uma técnica para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo etapas que vão desde a retirada da natureza das matérias-primas elementares que entram no sistema produtivo (berço) à disposição do produto final (túmulo).*

Partindo-se desse conceito, fica evidente que todo processo produtivo, por mais simples que seja, passa por um ciclo, sendo agregados e excluídos valores dentro desse ciclo, para que no fim se tenha uma ideia dos ganhos e perdas ambientais ocasionados pela fabricação do mesmo; se sua viabilidade ecológica for positiva ou negativa.

O autor continua conceituando-a como "ferramenta de caráter gerencial, que, entre outras aplicações, propõe-se a contribuir para a solução desse tipo de questão".

Nenhuma empresa, de grande, médio ou pequeno porte, quer expor seu produto, ou seja, não quer ver seus produtos tachados de poluidores ambientais. Com isso, alguns países viram a necessidade de as indústrias agregarem algo mais a seu produtos, prestando maior número de informações ao mercado consumista.

A questão da preocupação das empresas com os impactos do meio ambiente faz com que haja um melhor entendimento dos aspectos ambientais ligados aos processos produtivos de uma forma mais significativa e minuciosa, identificando prioridades no processo, trabalhando na disseminação dos impactos e aumentando a proteção ambiental.

Para que a ACV funcione, é necessário o comprometimento de todos no processo do projeto inicial até o estabelecimento do projeto ambiental definitivo, quando é de suma importância a presença do contador, que será o responsável pelo cálculo da apropriação dos custos no ciclo de vida dos produtos. Nesse caso, se o profissional faz apropriações em cada fase de manufatura, embalagem, transporte, uso e reuso e por fim na reciclagem, ele terá um banco de dados suficiente para ratear os custos ambientais alocados em cada processo, podendo lançar direto um valor correspondente no custo final do produto. Com isso, ele conseguirá diminuir a provisão para perdas, impactos ambientais e multas ambientais. Agindo dessa forma, pode-se ter um resultado maior e um prejuízo ambiental menor, além de resguardar a empresa de uma multa ambiental que porventura venha a acontecer.

## Ativo ambiental

Os Ativos Ambientais representam os estoques dos insumos, peças e acessórios utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc. adquiridos e/ou produzidos com intenção de



amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazos, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente; Martins e Ribeiro (1998) referem que "ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente".

Esse futuro resultado será fruto da atividade de cada organização ou empresa, sendo positivo ou negativo, fato que dependerá de como a empresa manipula suas atividades e de como será a aceitação de seu produto pelo consumidor.

Já Bergamini (1999) diz que: (...) um ativo é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente. Esse tipo de gasto deve ser capitalizado, na forma de imobilizado ou diferido, se atender aos critérios de reconhecimento como um ativo, para apropriação nos períodos em que gere benefícios econômicos futuros.

A maneira como é tratado um ativo relevante por uma organização deve ser a mesma para um ativo ambiental, como sendo parte do ativo total da empresa tanto seu ativo ambiental circulante, realizável a longo prazo e imobilizado terá a mesma significância que seus ativos ambientais, estando sujeitos aos princípios e normas contábeis.

## Passivo ambiental

Segundo Ferreira (2003): "Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente desti-

nada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental".

O assunto ainda é recente e incipiente, faltam bibliografias e um maior conhecimento por partes dos contadores, pois os passivos ambientais são obrigações a longo prazo, sendo despercebidos, às vezes, pela administração da própria empresa. Eles não recebem uma atenção *a priori*, mas só quando são realizados com um vazamento de uma barragem, problemas em uma mina, entre outros desastres.

Segundo Ribeiro e Gratão apud Tinoco e Kraemer (2004): *Os Passivos Ambientais, ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que os possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização a terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.*

Não se podem denotar os passivos ambientais tão somente como negativos, ou seja, eles também podem ter sua origem em atitudes ambientais positivas, como manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para a sua operacionalização. Sendo que esses sistemas exigem gastos com insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento, cursos e treinamentos para os funcionários.

## Mensuração do passivo ambiental

Como uma obrigação a realizar, ou realizada, o passivo ambiental deve ser reconhecido e contabilizado pela empresa nos seus relatórios financeiros. Sendo que, se não se puder estabelecer um valor real, é necessário que se faça um valor estimado, para que, com isso, a empresa tenha uma segurança sobre seu efeito no futuro.

Essa mensuração é importante, inclusive que se crie uma provisão para

passivo ambiental e ainda uma reserva para prejuízos ambientais; pois, quando determinada empresa recebe, por meio dos órgãos competentes, uma multa ambiental, geralmente em valores consideráveis, isso influencia diretamente no seu passivo ou patrimônio líquido, podendo afetar toda a parte financeira da empresa, e, em alguns casos, gerando até mesmo a falência.

## A gestão ambiental

Várias empresas encontram inúmeras dificuldades na implementação de um sistema de gestão ambiental, pois criam percepções negativas como sendo um sistema caro que demanda muito tempo e esforço da empresa e pode comprometê-la no sentido de expor os problemas ambientais, passando a requerer soluções a curto prazo. A obtenção do certificado exige o comprometimento verdadeiro com a questão ambiental entre outros empecilhos.

Mas o que talvez algumas empresas não saibam é que pode ser muito mais oneroso não ter um sistema de gestão ambiental, pois, cedo ou tarde, os problemas ambientais são cobrados, fazendo com que o empresário não se conforme, facilmente, em assumir sua responsabilidade com o meio ambiente.

A maior motivação, para implementação de um sistema de gestão ambiental, parte de fora para dentro, ou seja, exigências externas de órgãos ambientais e clientes de grande porte fazem com que empresas tenham de se adequar a exigências ambientais.

O processo de gestão ambiental leva em conta todas as variáveis de um processo de gestão, de modo a estabelecer diretrizes para a elaboração, planejamento e controle do sistema de desenvolvimento sustentável. Os executivos, ao decidirem por uma alternativa de ação ambiental, em detrimento de cancelamento de fabricação de um determinado produto, pelo fato de esse ser altamente poluente, optam, sem dúvida, pela fabri-



cação do mesmo, pois o que prevalece é o caráter econômico. Agregando-se os custos ambientais concernentes à fabricação de um produto X, eleva-se o custo de produção com o aumento do preço final e, com isso, talvez o preço não seja competitivo, correndo-se risco de perda de mercado, ocasionando até a falência da empresa, o que geraria um desequilíbrio social inerente a essa situação.

Existem os órgãos competentes que trabalham no controle de níveis de poluição dissipados pelas empresas, que amenizam a emissão de poluentes; mesmo com controles rígidos e multas severas, não coíbem as ações poluidoras das empresas, que se tornam cada vez mais agentes destruidores do sistema ecológico; contudo, não se pode generalizar a cadeia produtiva, pois existem empresas sérias e preocupadas com o meio ambiente, desenvolvendo projetos sociais, ambientais e preservativos do ecossistema.

Infelizmente, as ações de preservação do meio ambiente são questões sempre para longo prazo, mas a sobrevivência do negócio empresarial é um ato para o mais curto prazo possível, isso do ponto de vista dos administradores, alongando cada vez mais as ações de contenção e preservação.

Como mencionado, existem empresas preocupadas em adotar uma postura responsável perante o meio ambiente, isto é, produzir sem destruir ou poluir. Para isso, elas estão implantando um sistema de gestão ambiental de acordo com as normas da ISO 14000, 14001 e 14010, dando-lhes alta credibilidade.

Para ser feito um investimento nesse sentido, é necessário um montante de recursos financeiros de grande relevância, entendendo-se que a Contabilidade é uma das ferramentas mais eficientes e eficazes nesse processo de mensuração, aplicação e demonstração.

As decisões tomadas devem ser avaliadas nos seus aspectos operacionais, econômicos, financeiros e, obviamente, ambientais e espera-se que o resultado

dessas avaliações venha a ser positivo.

A operacionalização dessa gestão se dá por meio de quatro atividades principais: Reciclagem, Recuperação, Prevenção e Monitoramento.

Reciclagem: são todas as ações cujo objetivo seja o de permitir a reutilização de materiais e/ou produtos de modo a estender seu ciclo de vida e diminuir os problemas com o depósito de detritos ou emissão de poluentes.

Recuperação: são as ações que pretendem sanar os danos pela poluição e que, muitas vezes, deixam o meio ambiente em condições melhores do que a anterior, antes da ação poluidora. Nos casos em que isso não seja possível, a recuperação busca, pelo menos, melhorar as condições ambientais atuais.

Prevenção/Proteção: são as ações específicas com o objetivo de evitar ou proteger o meio ambiente de qualquer agressão causada pelo homem ou até mesmo pela própria natureza.

Monitoramento: é o acompanhamento contínuo realizado por meio de observações de parâmetros ambientais mediante indicadores de dinâmica de um ecossistema.

O sistema ambiental não tem como suportar a tamanha força humana descarregada sobre si, e, com isso, a reciclagem torna-se fator preponderante na preservação ambiental, no sentido de reaproveitar o que já ocasionou um prejuízo para a natureza, diminuindo sua intensidade de degradação; agregados a esses fatores têm-se a diminuição dos custos e melhoria de preço do produto, favorecendo uma melhor competitividade.

As atividades de recuperação e prevenção são tratadas de modo vagaroso pelas organizações, no sentido de serem adotadas sempre à mercê da necessidade e a um longo prazo de implementação. Todo esse trabalho requer um esforço direcionado à questão da melhoria da qualidade de vida e melhor valor para imagem da empresa perante clientes e sociedade. A figura do contador aparece de forma clara e objetiva,

com importância direcionada no empenho e clareza de prestar informações contábeis reais e consistentes, demonstrando para a sociedade o comprometimento da empresa para com todos, principalmente com as questões ambientais. O contador deve desempenhar um papel de analista e evidenciador das demonstrações contábeis, tendo como premissa as normas e procedimentos contábeis geralmente aceitos, a fim de estabelecer dados suficientes para que os administradores conheçam e mensurem seus passivos ambientais, para poderem tomar iniciativas de prevenção e redução dos índices de degradação ambiental.

A gestão ambiental recebe de um agente externo a degradação ambiental causada por ele. Com isso, dá-se início a um conjunto de ações que podem trazer algum benefício para a entidade. É o processo de gestão ambiental. Os benefícios esperados podem ser: a diminuição ou total eliminação de tratamentos de saúde; o aumento da produção e das vendas por acesso a mercados específicos, para produtos e empresas que tenham uma preocupação com a preservação do meio ambiente; a ausência de multas; a não-incorrência de riscos de indenizações a terceiros, entre outros, e todos diretamente relacionados a problemas causados ao meio ambiente. Esses benefícios poderão ser percebidos pela sociedade, de modo geral, e pela empresa, de modo específico. Na empresa os efeitos dessa gestão se materializam por meio da economia nos custos de degradação que deixariam de ocorrer. O resultado seria a confrontação dos custos de degradação causados com as economias de custos obtidas, como Receitas do Meio Ambiente ou, ainda, custos das externalidades. No caso da sociedade, como um todo, outros custos podem ser contabilizados, tais como os evitados e sociais. Para que haja visualização dos resultados da ecoeficiência, é imprescindível a modificação dos relatórios financeiros a serem apresentados à sociedade.



## Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

De acordo com Tinoco e Kramer (2004), sistema de gestão ambiental pode ser definido como: [...] um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. Consiste, essencialmente, no planeamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras.

O SGA oferece um detalhe a mais no programa ambiental. Cria procedimentos, instruções de trabalho e controles, fazendo com que as medidas de controle, acompanhamento e realização das políticas de preservação e medidas de solução sejam tomadas pela entidade. O SGA possibilita uma abordagem estruturada para estabelecer objetivos para atingidos ou para demonstrar por que não foram alcançados.

O sistema ocorre por interferências legais nacionais e internacionais ou por exigências de clientes ou outras partes interessadas. Sendo que, para sua implementação, é necessária a identificação de todos os aspectos ligados à atividade, produtos e serviços das entidades e os impactos causados ao meio ambiente, tentando aproximar-se, ao máximo, de uma mensuração quantitativa e qualitativa.

O SGA não é obrigatório, ou seja, não há legislação de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que obrigue uma organização produtiva a desenvolver e a implementar o SGA. Contudo, o mercado internacional, cada vez mais, vem estabelecendo, como condição de comercialização de produtos e serviços, a certificação formal dos fornecedores em gestão ambiental.

Verifica-se a necessidade de um planejamento de pré-implementação do SGA com o objetivo de alcançar o melhor e mais adequado SGA, no qual a empresa apresente plenas condições de implantá-

lo, sem qualquer restrição ou impedimento, atendendo de forma eficaz o objetivo almejado pela organização. Isso implica mudança de cultura e, até mesmo, estrutural. A questão passa a fazer parte de cada membro da empresa, desde os níveis mais altos até os mais baixos.

## Considerações finais

A variável acerca dos recursos naturais age em confrontação direta com os benefícios dos recursos econômicos, ou seja, parar de produzir determinado produto pode ocasionar perda de mercado ou competitividade, gerando um risco para a empresa. Nesse sentido, a empresa sempre vai optar pela destruição ambiental, e não em prol da preservação do meio ambiente. No final, quem recebe a carga máxima desse prejuízo é a sociedade; a fauna, a flora, os mares e rios e o planeta como um todo.

A Contabilidade tem como premissa mensurar todos os gastos e provisões em que a empresa incorreu ou em que ainda poderá incorrer. Com isso, deve-se reconhecer os prejuízos e impactos ambientais pois, esses poderão ser futuros passivos ambientais. Seguindo essa analogia, acredita-se que poderão ser respondidas perguntas como: Quanto custam os impactos ambientais? Qual a quantidade de poluentes lançados na atmosfera? Qual o grau de dejetos químicos despejados nos rios ou mares pelas empresas?

O profissional contábil, pelo conhecimento que lhe é ofertado, precisa interagir e pactuar com a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando metas de gerenciamento e controle do gasto ambiental, traçando objetivos eficientes e eficazes na ampliação do sistema de gestão ambiental. É necessário que haja uma sinergia de todas as partes envolvidas no processo, com isso, o sistema de gestão tende a crescer e ofertar resultados positivos à sociedade e à empresa.

Nesse modelo, as externalidades causadas pelos impactos ambientais estão representadas nos custos das atividades responsáveis pela degradação; e os riscos sobre o patrimônio estão representados no passivo contingente ambiental.

Contudo, no sistema de gestão ambiental, sozinho, o contador não terá condições de cobrir todo o arcabouço das questões relativas à gestão do meio ambiente. Assim, caberá à empresa, juntamente com o contador e demais responsáveis, corroborar a sustentabilidade de um sistema que tende a ter efeitos positivos no meio ambiente e na imagem perante a sociedade.



Adelvandro Felício de Castro – Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Nilton Campos

## REFERÊNCIAS

- ALVES, I. C. *Metodologia para apuração e controle de custos da qualidade ambiental*. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastian. Contabilidade e riscos ambientais. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: Qualitymark, CNJ, 1991.
- CHEFFRE, J. R. *Análise do Ciclo de Vida de Produtos*. Ferramenta Gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitymark, CNJ, 2002.
- DONNARE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TERREIRA, Anaeli Cristina de Souza. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2005. 138 p.
- LUICIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 565 p.
- WARTINS, Elene; DE LIMA, Márcia M. *Ecologia via contabilidade*. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília – DF, ano 23, v. 96, p. 20-29, mar. 1994.
- WARTINS, Elene; RIBEIRO, Maria de Souza. *Apercepção dos custos ambientais por meio do custo por atividade*. *Boletim IBRACON*, São Paulo: n. 243, p. 1-15, ago. 1998.
- MOURA, J. A. *Economia ambiental – gestão de custos e investimentos*. São Paulo: Luceas de Oliveira, 2000.
- PIVA, Paulo Roberto de. *Contabilidade Ambiental: evidencição dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. São Paulo: Atlas, 2003. 194 p.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanco Social: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAMER, Maria Elizabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004. 295 p.